

Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté, Almada

Tema – A obrigatoriedade de Exame de Português para conclusão do 12.º ano de escolaridade

- 2 alunas do 10.º ano Ciências e Tecnologia

Escolha do tema

- Pertinência do tema nas discussões entre pares
- Os alunos, em grupos de 3, juntaram-se e propuseram vários temas
- Reunião de Assembleia de Delegados de Turma a nível concelhio com os delegados e subdelegados de todas as escolas secundárias de Almada, para debate de vários temas, tendo sido escolhido este

Propostas

- Obrigatoriedade de realização dos Exames Nacionais só para alunos que pretendam prosseguir estudos no ensino superior
- Não obrigatoriedade da realização da Prova de Português
- Possibilidade de escolha, por parte dos alunos, de realizarem os exames de acordo com as provas de ingresso que as faculdades disponibilizassem
- Disponibilização de apoio e preparação para os exames à semelhança do que esta escola já faz

Se eu fosse Ministra

- Retiraria a obrigatoriedade do exame de Português
- Retiraria a obrigatoriedade de realização de exames nacionais para quem não quisesse seguir estudos no ensino superior
- Atribuiria o peso de cada disciplina, na média final, de acordo com a área/curso que cada aluno pretendesse seguir



LEARNING INTERNATIONAL SCHOOL
COLÉGIO NOVO
DA MAIA

Colégio Novo da Maia, Porto

Tema – Integração dos alunos estrangeiros (currículo, exames, apoios educativos, ação social...)

- 3 alunos do 12.º ano

Escolha do tema

Condições de realização dos Exames Nacionais e acesso ao Ensino Superior

O que já fazem

- O colégio tem como missão valorizar e acreditar nas qualidades individuais de cada um através da exploração das suas potencialidades na criação de um futuro melhor

Escolha do tema

- A direção propõe a inscrição dos alunos em diversas atividades que fomentem a criatividade e sentido crítico
- Na aula de Ciência Política, os alunos mostraram interesse em debater este tema
- Foi realizado um debate de ideias a partir do qual surgiram propostas e sugestões

Propostas

- Não obrigatoriedade da realização de exames nacionais para conclusão do ensino secundário
- Obrigatoriedade dos Exames Nacionais só para quem pretende ingressar no Ensino Superior; de forma a contribuir para um ensino mais personalizado e melhor
- Obrigatoriedade de participação por parte das instituições de ensino superior no processo de seleção dos alunos através de entrevistas, exames próprios, etc
- Alterações das percentagens mínimas na fórmula de cálculo de acesso ao ensino superior para a seguinte proporção:
 - Média interna – 40%
 - Prova de ingresso – 30%
 - Instituições do ensino superior – 10% (testes ou entrevistas)
 - 20% a ser definidos por cada instituição/faculdade que podem ser distribuídos pelos 3 itens anteriores
- Realização dos exames em formato físico (papel) para minimizar erros do sistema informático e falta de rede de internet
- Participação ativa dos jovens na comunidade e incentivos ao serviço comunitário como acontece, por exemplo, nas aulas de cidadania e desenvolvimento
- Valorização da meritocracia
- Criação de um serviço de apadrinhamento de alunos do 12.º ano que apoiariam os alunos que entrassem no ensino secundário

Se eu fosse Ministro

- Teria uma presença mais próxima e regular na vida das escolas, junto dos alunos e docentes
- Elogiaria e premiaria alunos que se destacam pelo seu mérito e esforço



Escola Secundária
Inês de Castro
CAMBELO VILA NOVA DE GAIA

Escola Secundária Inês de Castro, Vila Nova de Gaia

Tema – Exames Nacionais para a conclusão do Ensino Secundário

- 3 alunos de 12.º ano, turmas distintas (disciplina de Ciência Política)
- Realização, no início do ano, de uma reunião com a diretora que selecionou a turma para representar a escola, tendo posteriormente sido escolhidos os 3 representantes

Escolha do tema

- Aplicação de questionário aos colegas
 - Achas que os exames nacionais devem contar para a conclusão do ensino secundário?
R: 71,4% respondeu que não deveria contar e 28,6% que deveria contar
 - Como achas que devia ser feito o acesso ao ensino superior?
R: Mais de metade disse que deveria ser a média do secundário mais provas das próprias faculdades
 - Sentes que os exames nacionais são motivo de ansiedade?
R: 86% disseram que eram motivo de ansiedade, 14% disseram que não
 - Se fosses ministro(a) da educação o que mudarias relativamente aos exames nacionais?
R: a resposta com maior relevância foi que os exames nacionais deveriam ter menos peso na média de acesso ao ensino superior

Propostas resultantes dos inquéritos

- Exames nacionais com menor peso na média no acesso ao ensino superior
- Exames deveriam ser mais pequenos, haver mais tempo para a sua realização e serem mais espaçados no tempo
- Adoção das mesmas regras em vigor durante a pandemia, tendo os exames como provas de ingresso com exercícios obrigatórios e outros não obrigatórios
- Contabilização do Curriculum Vitae, como forma de incentivar e motivar os alunos pelas atividades extracurriculares
- Os conteúdos das provas devem ser focados nas matérias necessárias para as faculdades
- Continuação dos exames nacionais, mas no cálculo final da média, deveria haver uma diminuição de peso de 25% para 15%
- Diminuição da média da escola sendo que o intervalo em falta seria preenchido com a apreciação de outras atividades desenvolvidas na escola (clube de poesia, clube de jornalismo...)
- Realização dos exames nacionais pelas faculdades possibilitando aos alunos ter uma melhor perceção e compreensão dos métodos de ensino da instituição escolhida. Também teriam a possibilidade de realizar exercícios mais centrados no que os alunos precisam para o curso escolhido
- Criação de espaços e tempos para enriquecer o currículo com outras atividades (ponderadas na média final)

Se eu fosse Ministro

- Retiraria a obrigatoriedade dos exames nacionais para todos. Obrigatoriedade de exames só como acesso ao ensino superior
- Recuperaria as regras existentes durante a pandemia, criando questões facultativas e exigindo apenas a realização de exames que se constituam como provas de ingresso

Esclarecimentos dos Dirigentes:

Acesso ao Ensino Superior e exames:

- Uma vez que não existe a possibilidade de haver vagas em todos os cursos do ensino superior para todos os alunos, é exigida uma seleção que deve ser o mais justa possível, tendo o processo de ser credível para todos. Este processo baseia-se nos Exames Nacionais do ensino secundário
- Os Exames Nacionais do ensino secundário foram criados em primeiro lugar para certificar o (final do) ensino secundário
- Anteriormente existiam 4 exames obrigatórios sendo que a classificação obtida tinha um peso de 30% na média juntamente com a classificação final da disciplina (dessas 4 disciplinas). Durante a Pandemia foi definido, de uma forma pontual, que os exames nacionais contariam apenas para o acesso ao ensino superior; possibilitando aos alunos só realizarem as provas necessárias para acederem ao ensino superior
- A DGE desenvolve desde há algum tempo trabalho que corresponde às propostas apresentadas, como por exemplo, a redução de 4 para 3 exames. O mesmo acontece, igualmente, no peso atribuído aos exames e à avaliação interna
- Os exames nacionais estão relacionados com as aprendizagens desenvolvidas estando ligados ao currículo desenvolvido pretendendo, assim, ser o corolário das aprendizagens realizadas e a prova do sucesso dos alunos à saída do ensino secundário
- Os Exames Nacionais fornecem muita informação sobre como os alunos estão a aprender, pois avaliam competências no âmbito do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- Não se coloca a responsabilidade de elaboração dos Exames dada às Faculdades, pelo desconhecimento que estas têm do currículo do ensino básico e secundário e da construção de instrumentos de avaliação de larga escala
- O desconhecimento das Faculdades relativo ao currículo do ensino secundário pode acentuar o risco do fosso entre os alunos de contextos mais favorecidos e mais desfavorecidos, pela perda da proteção, acompanhamento e cuidado colocado pelas escolas no apoio a esses alunos, que poderia deixar de existir; agravando-se a desigualdade de condições de acesso e sucesso no ensino superior
- Existe abertura do Júri Nacional de Exames para equacionar uma abordagem multifatorial na definição dos critérios de acesso ao ensino superior; introduzindo outros fatores a ponderar na média de acesso, tal como o aumento de peso das disciplinas mais ligadas aos cursos e, igualmente, haver por parte das Universidades instrumentos de seriação, como por exemplo, entrevistas.
- A portaria n.º 194/2021, de 17 de setembro valoriza todas as atividades desenvolvidas pelos alunos, de âmbito escolar e comunitário podendo ser igualmente considerada pelas universidades, no processo de seleção.
- Esclarece-se que a avaliação de outras competências que são mobilizadas nas atividades a que os alunos se referem, devem ser incluídas na avaliação interna dos alunos, conforme aponta o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- As provas em formato digital não irão ser realizadas ainda este ano. A fazê-lo será, em princípio, em modelos híbridos. Nem todas as disciplinas vão ter exames em formato digital.
- Este sistema de provas em formato digital só entrará em vigor quando houver mais certezas de que este formato não será um obstáculo à demonstração dos conhecimentos por parte dos alunos.
- A obrigatoriedade do exame de Português pretende valorizar a língua portuguesa, símbolo nacional inequívoco, tal como consta na Constituição da República Portuguesa, bem como realçar a relevância das competências leitora e de escrita como condição para o sucesso escolar e para o futuro profissional dos alunos. É essencial conhecer a nossa cultura e é, também, através da literatura que nós a conhecemos
- O português é a única disciplina desenvolvida ao longo de todos os níveis de educação e ciclos de ensino (desde a educação da pré-escolar ao 12.º ano) devendo sempre fazer parte da matriz dos exames nacionais.
- Considera-se que ainda há mudanças a fazer ao nível das Aprendizagens Essenciais da disciplina de Português, pelo que está em desenvolvimento um trabalho que permita que possam emergir aprendizagens essenciais mais abertas do que as que existem atualmente. Assim, equaciona-se a possibilidade de alteração das obras de leitura obrigatória

“Nunca se esqueçam que estão a trabalhar para os alunos. Têm que pensar nos alunos e nunca terem medo da mudança, porque se mudam é porque têm de mudar. É porque estava mal”.

Comentário final da ES Inês de Castro